

RELATÓRIO DE GESTÃO 2017

SATA Gestão de Aeródromos, S.A.



Índice

Sobre o Relatório	3
Mensagem do Conselho de Administração	4
Indicadores-Chave	5
A SATA Gestão de Aeródromos	6
Governance	7
Envolvente externa	10
Estratégia	14
Gestão do Risco	16
Desempenho Financeiro	19
Segmentos de Negócio	23
Aplicação de Resultados	26
Anexos	27

Sobre o Relatório

Mantendo um ciclo de reporte anual, esta publicação visa comunicar, a todos os *stakeholders*, o desempenho da SATA Gestão de Aeródromos.

O Relatório incide sobre a atividade da SATA Gestão de Aeródromos durante o ano de 2017 - referente ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro - abrangendo, sempre que possível, informação relativa a anos anteriores para avaliar e acompanhar a evolução do desempenho da Empresa.

Os conteúdos apresentados abrangem o desempenho individual da SATA Gestão de Aeródromos.

Adicionalmente, o desempenho financeiro, social e ambiental do Grupo SATA é apresentado no Relatório Consolidado, disponibilizado no website corporativo, o qual é já o sexto Relatório Integrado publicado pelo Grupo. À semelhança de anos anteriores, o Relatório foi elaborado de acordo com as orientações do *International Integrated Reporting Council (IIRC)* e, em matéria de sustentabilidade, com as Diretrizes de Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da *Global Reporting Initiative (GRI)*.

Verificação externa

Os dados do desempenho financeiro apresentados foram sujeitos a verificação externa independente pela PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda..

Contactos

Para esclarecimentos adicionais sobre a informação publicada neste Relatório ou sobre práticas e políticas do Grupo SATA, por favor consulte o *website* corporativo www.sata.pt ou proceda ao envio de um *e-mail* através do endereço eletrónico info@sata.pt.



Mensagem do Conselho de Administração

O ano de 2017 foi um ano de grandes novidades para o Grupo SATA, mas também de grandes desafios.

Foi um ano de aposta no reforço do Hub Açores, consolidando e dando corpo ao *Business Plan*, que tem como um dos seus objetivos a colocação do arquipélago como centro da nossa rede, interligando a América do Norte ao continente europeu e unindo os arquipélagos da Macaronésia.

Assim, pela primeira vez na história da SATA, interligamos regularmente os quatro arquipélagos dos Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde, substanciando o anseio de sermos a companhia de referência da Macaronésia.

Aumentamos igualmente a operação de Providence de dez para dezoito rotações e a de Oakland de nove para treze.

Nas rotas tradicionais, entre os Açores e Lisboa, Porto, Madeira e Canárias, oferecemos mais frequências e melhores horários.

No que respeita à SATA Air Açores, apresentámos igualmente horários e frequências melhoradas, com vista a facilitar o transporte entre todas as ilhas e os encaminhamentos de ou para as diversas gateways na Região.

O crescimento do turismo nos Açores foi um dos maiores registados no País, o que não pode deixar de ser uma boa notícia para a Região, bem como para o Grupo SATA, que tem agora o objetivo de superar as dificuldades que resultaram desta situação. O aumento de volume de dormidas nas nossas ilhas, batendo todos os recordes, dá uma ideia dos elevados índices de exigência com que o mercado nos confrontou e aos quais tudo fizemos para dar resposta mais adequada.

Das novidades comerciais deste ano fizeram parte dois novos produtos designados por Stopover e Overnight. O produto Stopover, criado com o posicionamento geográfico do nosso arquipélago e a rede da SATA em mente, surge de forma natural e convida os passageiros que viajem entre a América do Norte e a Europa Continental ou restantes ilhas da Macaronésia a fazer uma paragem nos Açores sem qualquer penalidade na tarifa. Por sua vez, o produto Overnight permite ao cliente SATA ter acesso a destinos adicionais da nossa rede, sem que os mesmos acarretem custos com estadias em pontos intermédios do percurso, todas as vezes que este obrigue a uma pernoita. Estes são produtos que pretendemos promover cada vez mais e incrementar.

Passámos ainda a possibilitar a aquisição de percursos de navio para as ilhas do triângulo – Pico, Faial e São Jorge – nas reservas de avião e criámos um novo serviço, o My Upgrade, que permite viajar em classe executiva, a baixo custo.

Abrimos, ainda, uma loja virtual, a Air-Store, onde poderão ser adquiridas recordações do Grupo SATA, nomeadamente miniaturas dos nossos aviões, artigos de coleção, acessórios e outros produtos.

Não terminaremos sem recordar que, durante este ano, teve início o processo de renovação da frota da Azores Airlines que prevê a substituição faseada dos Airbus A310 pelas novas aeronaves Airbus A321neo, um investimento que representa um passo decisivo na consolidação da estratégia que, como companhia aérea indispensável aos Açores, no plano nacional e internacional, a SATA tem a competência de prosseguir. O primeiro A321NEO foi entregue à SATA ainda durante o mês de dezembro.

Estas novas aeronaves permitirão reduzir a pegada de carbono de cada passageiro em cerca de 50%, se estabelecida uma comparação com aeronaves alternativas, o que dá uma ideia dos índices de eficiência dos seus motores. É que comparadas com outros equipamentos, estas aeronaves garantem diminuições substanciais de custo por lugar, que oscilam entre os 8 e os 21%, e um menor gasto de combustível por voo, conseguindo ganhos que vão de 16 a 21% ao nível do CO2 por quilómetro de cada passageiro.

A utilização destes aviões pela Azores Airlines constitui um fator determinante para a estratégia de crescimento da companhia que tem a missão de levar os Açores ao Mundo e de trazer o Mundo aos Açores.

O ano de 2017 foi, também, um ano com diversos constrangimentos operacionais, que prejudicaram, sobremaneira, os nossos resultados. Estamos convictos que, passada esta fase difícil da nossa empresa, e com as apostas que fizemos, o futuro será auspicioso.

Indicadores-Chave

ECONÓMICO	2015	2016	2017	Varição 17/16
Resultado operacional (milhares €)	(906)	265	(46)	-117,5%
EBITDA (milhares €)	(872)	290	(15)	-105,2%
EBITDAR (milhares €)	856	303	1	-100%
Dívida líquida (milhares €)	3.704	2.851	930	-67%
OPERACIONAL	2015	2016	2017	Varição 17/16
Total de movimentos de aeronaves (MOV)	4.608	5.494	5.735	4%
Total de movimentos de passageiros (PAX)	182.240	234.504	251.239	7%
Carga + correio nos aeródromos (kg)	999.731	1.039.709	1.018.577	-2%
SOCIAL	2015	2016	2017	Varição 17/16
Colaboradores (N.º)	26	24	19	-21%
Horas de formação (N.º)	713	592	269	-55%
Taxa de incidência de acidentes de trabalho (%)	0%	0%	0%	-
AMBIENTAL	2015	2016	2017	Varição 17/16
Taxa de valorização* (%)	66%	58%	58%	0%
Derrames*	0	0	0	0%

*Valores referentes ao Grupo SATA

A SATA Gestão de Aeródromos

A SATA

A SATA é atualmente um Grupo constituído por seis empresas com personalidades jurídicas distintas: SATA Air Açores, SATA Internacional - Azores Airlines, Azores Airlines Vacations Canada e Azores Airlines Vacations America, SATA Gestão de Aeródromos e SATA SGPS, cujo centro de decisão está localizado na Região Autónoma dos Açores, ilha de São Miguel, cidade de Ponta Delgada. Estas empresas têm assumido um papel relevante nas acessibilidades dos habitantes das ilhas dos Açores e como instrumento indispensável à consolidação e desenvolvimento económico e social da Região Autónoma.

A SATA Gestão de Aeródromos | 100% SATA Air Açores

Constituída em 2005, gere quatro das nove infraestruturas aeroportuárias existentes na Região Autónoma dos Açores (Pico, Graciosa, Corvo e São Jorge) e a Aerogare das Flores. Promove e executa o planeamento e a exploração do serviço público de apoio aeroportuário à aviação civil.



Missão

Desenvolver de modo sustentado toda a atividade de transporte aéreo relacionado com os Açores através de uma operação com vocação atlântica assente num serviço fiável, hospitaleiro e inovador.

Valores



A SATA aposta na hospitalidade do seu serviço. A bordo e em terra faz por oferecer um serviço atento e cuidado, bem como procura transportar, para onde quer que voe, a genuinidade, simplicidade e amabilidade da alma açoriana.

A SATA faz da pontualidade das suas ligações e fiabilidade da sua ação um ponto primordial no seu desempenho, procedendo a constantes auditorias na procura constante de alcançar a excelência na sua atuação.

O Grupo SATA elegeu o valor inovação como principal vetor da sua atuação. Ao longo dos últimos anos, tem apostado nas novas tecnologias, com o objetivo de oferecer aos passageiros e aos seus parceiros soluções cómodas, inovadoras e práticas.

A Equipa SATA Gestão de Aeródromos

No final de 2017, a SATA Gestão de Aeródromos contava com 19 colaboradores.



Governance

A SATA atua no sentido de garantir que a sua estrutura e funcionamento organizacionais se encontram devidamente alinhados com os Princípios de Bom Governo do Setor Empresarial do Estado e com as boas práticas internacionais. Os órgãos sociais e colaboradores desenvolvem as suas atividades com salvaguarda de questões éticas e de acordo com os padrões de conduta recomendados.

Princípios do Governo de Sociedade

A SATA fomenta internamente uma cultura de controlo, segregação de funções e prevenção de conflitos de interesses, e ao mesmo tempo, promove também o princípio da transparência e integridade com o mercado.

Com vista a garantir o envolvimento de todos os seus *stakeholders*, a SATA procede à divulgação de todas as informações de carácter corporativo, estratégico e relacionadas com alterações da sua envolvente que afetem a sua operacionalidade, de forma responsável e verdadeira. A elaboração de pareceres sobre a situação económico-financeira da SATA, assegurada pelo seu órgão de fiscalização, contribui para a tomada de decisão informada por parte do acionista.

Adaptabilidade
Auditoria
Prevenção de conflito de interesses
Controlo
Integridade com o mercado
Respeito
Responsabilização
Segregação de funções
Transparência

Órgãos de Gestão – SATA Gestão de Aeródromos

A estrutura de Governo das empresas da SATA assenta no Modelo Latino, que prevê a existência de 3 órgãos de gestão, encontrando-se perfeitamente definidos, nos estatutos societários as suas funções e as suas regras de funcionamento.



Os órgãos sociais atuais da SATA Gestão de Aeródromos foram eleitos a 13 de julho de 2017, para o triénio 2017-2019.

Responsabilidades

Assembleia Geral



- Analisar e aprovar documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, deliberando sobre a aplicação de resultados do exercício, alterações de participação de capital, aumentos de capital e contratação de empréstimos (nas condições previstas);
- Analisar e aprovar as linhas e as orientações de carácter estratégico;
- Eleger os membros dos órgãos sociais, definindo a fixação e alteração da sua remuneração.

Fiscal Único 	<ul style="list-style-type: none"> Fiscalizar a administração da empresa relativamente ao cumprimento da lei, estatutos e regulamentos aplicáveis; Verificar e elaborar um parecer sobre os documentos de prestação de contas através da realização de auditorias internas, assegurando o cumprimento dos <i>standards</i> internacionais definidos.
Conselho de Administração 	<ul style="list-style-type: none"> Gerir os negócios da empresa e tomar decisões relativas ao objeto social que são da sua exclusiva competência e responsabilidade; Aprovar os principais objetivos, políticas e orientações de gestão; Monitorizar e garantir o alinhamento dos objetivos, políticas e orientações com as atividades a desenvolver, no sentido de satisfazer e maximizar os interesses do acionista.

Assembleia Geral

Nome do Presidente	Nome do Secretário	Reuniões	Remuneração
Luís Filipe Amaro Pacheco de Melo	Joana Torres Decq Mota	<p>N.º reuniões: 2</p> <p>% de participação: 100%</p> <p>Principais deliberações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fixação da remuneração do novo Vogal do Conselho de Administração - Aprovação do Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2016 - Deliberação sobre a Proposta de Aplicação de Resultados - Eleição dos membros para os órgãos sociais para o triénio 2017-2019 - Apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade 	A política de remunerações da SATA não contempla qualquer componente remuneratória relativamente aos membros que compõe a Assembleia Geral, pelo que estes não auferem qualquer remuneração pelo exercício das suas funções enquanto membros que compõe este órgão social.

Fiscal Único

Nome do Fiscal Único	Data da primeira designação	N.º de mandatos	Duração do mandato	Remuneração
Catarina Isabel Furtado Pacheco	2017	Primeiro mandato	3 anos civis	A remuneração do Fiscal Único é de 7.730€ pelos serviços de auditoria e revisão legal das contas efetuados.
Duarte Félix Tavares Giesta	Suplente	-		

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por 3 administradores executivos, encontrando-se perfeitamente definidas quais as responsabilidades e as áreas de competência do negócio de cada um.

Nome do membros do Conselho de Administração		Pelouros	Indicadores
	<p>Presidente da SATA Gestão de Aeródromos <i>Chief Executive Officer</i></p> <p>Paulo Menezes</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Operações • Jurídico • Gestão de aeródromos • Comunicação e imagem 	<p>N.º reuniões: 26</p> <p>% de participação: 86%</p> <p>Principais deliberações:</p> <p>- Apreciação do Relatório e Contas relativo à SATA Gestão de Aeródromos, referente ao exercício de 2016 e, em virtude, deliberação de requisição ao Presidente da Assembleia Geral de convocação de Assembleia Geral, a fim da mesma deliberar o que acionista entender mais conveniente.</p> <p>Remuneração:</p> <p>A política de remuneração dos membros do Conselho de Administração é definida de acordo com os Estatutos do Gestor Público Regional e com os Estatutos da SATA. A remuneração dos membros do Conselho de Administração é constituída por uma componente fixa, que, de acordo com o artigo 25º dos Estatutos do Gestor Público Regional, é fixada por deliberação em Assembleia Geral, sendo que na sua determinação existem três fatores que são tidos em consideração:</p> <ul style="list-style-type: none"> - As responsabilidades assumidas, complexidade e exigência das mesmas; - Desempenho do membro do órgão social; - Práticas remuneratórias dos principais pares. <p>Os membros do Conselho de Administração só auferem remuneração pelas funções de gestores públicos que desempenham na SATA Air Açores.</p>
	<p>Vogal Executivo da SATA Gestão de Aeródromos</p> <p>Isabel Barata</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Comercial • Coordenação e controlo operacional • Auditoria e Qualidade de Serviço 	
	<p>Vogal Executivo da SATA Gestão de Aeródromos</p> <p>João Soares</p> <p>Cessou funções a 17 maio 2017.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Operações de voo • Treino e Instrução • Manutenção, Engenharia e continuidade de aeronavegabilidade • <i>Handling</i> e Operações Terrestres 	
	<p>Vogal Executivo da SATA Gestão de Aeródromos</p> <p>Maria Leonor Amaral Soares de Albergaria</p> <p>Assumiu funções a 13 de julho de 2017, tendo cessado as mesmas a 28 de fevereiro de 2018</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Contabilidade e Finanças • Compras e Planeamento • Planeamento e Controlo de Gestão 	

Envolvente externa

O setor do transporte aéreo, especialmente a SATA, está altamente exposta às variações nos níveis de procura e consumo, ficando condicionado à conjuntura a nível internacional, nacional e da própria região.

Contexto Institucional

Na gestão do ativo paz social, os sindicatos assumem-se como parceiros essenciais na definição das opções estratégicas de recursos humanos e sustentabilidade do Grupo, quando por razões exógenas e em continuidade com o verificado em anteriores exercícios, limitações de natureza legal impuseram reduções remuneratórias e proibição de valorizações retributivas.

No período de referencia constatou-se que se assumiu como novo interlocutor institucional, sindicato representativo dos trabalhadores da atividade assegurada.

Contexto Macroeconómico

De acordo com o relatório de Orçamento do Estado para 2018, as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) para a economia mundial apontam para um reforço do crescimento da economia mundial em 2017 para 3,6% (3,2% em 2016), que se irá prolongar em 2018 (3,7%), em linha com o fortalecimento do comércio mundial de bens e serviços.

De entre as economias avançadas, o crescimento do PIB da área do euro para 2017 e 2018 foi revisto em alta, estando associado sobretudo a um melhor desempenho face ao esperado da economia durante o primeiro semestre do corrente ano; por sua vez, o crescimento foi revisto em baixa nos Estados Unidos da América (EUA), em ambos os anos, devido ao menor estímulo orçamental projetado, bem como no Reino Unido (-0,3 p.p. para 2017), em resultado da incerteza em torno das negociações da saída deste país da União Europeia (*Brexit*).

Nas economias avançadas, prevê-se a manutenção de um crescimento moderado dos EUA, e uma ligeira desaceleração da economia europeia, resultando sobretudo de um crescimento menos forte do Reino Unido.

Na área do euro, perspectiva-se uma desaceleração do crescimento em 2018 que continuará a ser apoiado por um crescimento moderado da procura interna suportado pelas condições de financiamento favoráveis, com taxas de juro baixas, e pela melhoria do mercado de trabalho. Assim, o consumo privado deverá beneficiar do recente fortalecimento do crescimento do emprego.

O FMI prevê que o preço do petróleo estabilize em torno de 50 USD/bbl resultando, em parte, da extensão do acordo entre a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e a Rússia em acumulação com um aumento previsto da procura

PIB, Taxa de variação, em %			
	2017 P	2018 P	2019 P
Economia mundial	3,7	3,9	3,9
Economias avançadas, das quais:	2,3	2,3	2,2
EUA	2,3	2,7	2,5
Canadá	3,0	2,3	2,0
Zona Euro	2,4	2,2	2,0
Reino Unido	1,7	1,5	1,5

Conjuntura Nacional

De acordo com dados de projeção do Banco de Portugal, o processo de expansão da economia portuguesa deverá manter-se nos próximos anos. Após um aumento de 2,6% em 2017, a atividade económica continuará a apresentar um perfil de crescimento entre

2017-2020, embora a um ritmo progressivamente menor (2,3%, 1,9% e 1,7%, respetivamente em 2018, 2019 e 2020). Em 2020 o PIB deverá situar-se cerca de 4% acima do nível registado antes da crise financeira internacional. O crescimento do PIB em Portugal será muito próximo do da média da área do euro ao longo do horizonte de projeção. Em termos do PIB per capita, a convergência real face à área do euro deverá continuar nos próximos anos de forma ligeira, em parte refletindo a redução da população em Portugal. Relativamente à evolução da procura global, a componente mais dinâmica ao longo do período em análise deverá ser a FBCF. As exportações irão manter um crescimento robusto, devido à evolução da procura externa e pela estimativa de manutenção de ganhos de quota de mercado.

O consumo privado irá manter um crescimento relativamente estável e inferior ao do PIB. Prevê-se a continuação da recuperação do mercado de trabalho, embora a um ritmo progressivamente menor. Em resultado desta evolução, e com um crescimento muito limitado da população ativa, a taxa de desemprego irá manter uma trajetória de redução.

PIB, Taxa de variação, em %					
	2016	2017 P	2018 P	2019 P	2020 P
PIB	1,5	2,6	2,3	1,9	1,7
Consumo privado	2,1	2,2	2,1	1,8	1,7
Consumo público	0,6	0,1	0,6	0,4	0,2
Formação Bruta de Capital Fixo	1,6	8,3	6,1	5,9	5,4
Procura Interna	1,6	2,7	2,5	2,2	2,1
Exportações	4,1	7,7	6,5	5,0	4,1
Importações	4,1	7,5	6,7	5,5	4,8
Emprego	1,6	3,1	1,6	1,3	0,9
Taxa de Desemprego (em % da população ativa)	11,1	8,9	7,8	6,7	6,1

P – Projetado

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Económico, dezembro 2017

Conjuntura Regional

De acordo com os dados publicados pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores, a taxa média de inflação nos Açores foi de 1,9% em dezembro (enquanto que a média nacional foi de 1,4%), registando uma redução de 0,1 p.p. relativamente a 2016.

A taxa de desemprego regional no 4º trimestre (8,3%) situou-se acima da média nacional (8,1%), corresponde a uma diminuição homóloga de 2,1 p. p.. A taxa de desemprego anual fixou-se nos 9,0%, registando-se uma redução de 2,1 p. p. face ao ano anterior.

No que diz respeito à taxa de emprego, por setores de atividade nos últimos três meses do ano, comparativamente com o trimestre homólogo, verificou-se um acréscimo em todos os setores (17% no setor primário, 3,8% no secundário e 2,0% no terciário).

Relativamente à evolução das dormidas, de janeiro a dezembro de 2017, os diversos tipos de estabelecimentos hoteleiros da Região Autónoma dos Açores registaram um aumento das dormidas face ao ano anterior – apuraram-se 2.376,6 mil dormidas, dos quais 1.787,5 em hotelaria tradicional (hotéis, hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos e pousadas). Neste tipo de hotelaria. Registou-se um aumento de 15,8% nas dormidas e um aumento de 16,8% nos hóspedes, relativamente ao período homólogo de 2016.

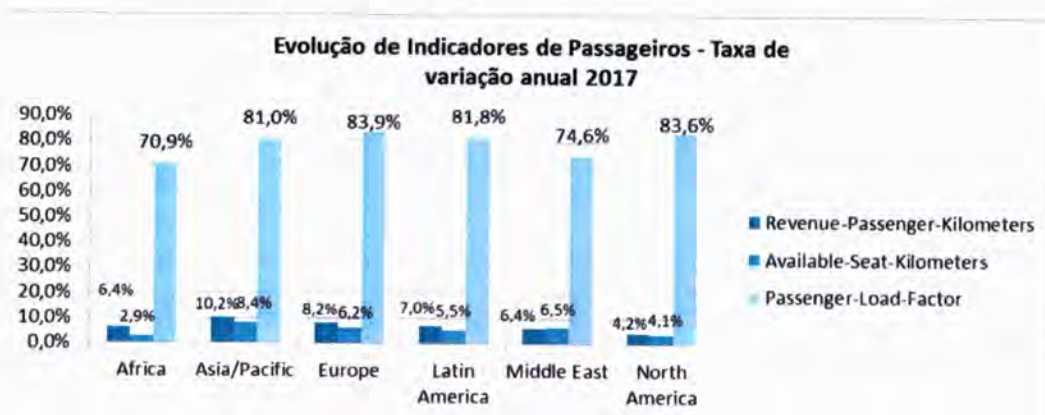
Em 2017, os residentes em Portugal registaram 751,4 mil dormidas, o que traduz um aumento de 18,7% comparativamente a igual período de 2016. As dormidas dos residentes no estrangeiro atingiram as 1.036,0 mil dormidas, refletindo uma variação homóloga positiva de 13,8%. O mercado alemão concentrou 24,6% do total das dormidas dos residentes no estrangeiro, cerca de 255,2 mil dormidas, tendo registado uma variação homóloga positiva de 11,2%.

A ilha que concentrou maior número de dormidas neste período, foi a de São Miguel, seguida da Terceira e do Faial, respetivamente com 1.246,7 mil (69,8%), 287,7 mil (16,1%) e 104,9 mil (5,9%) dormidas.

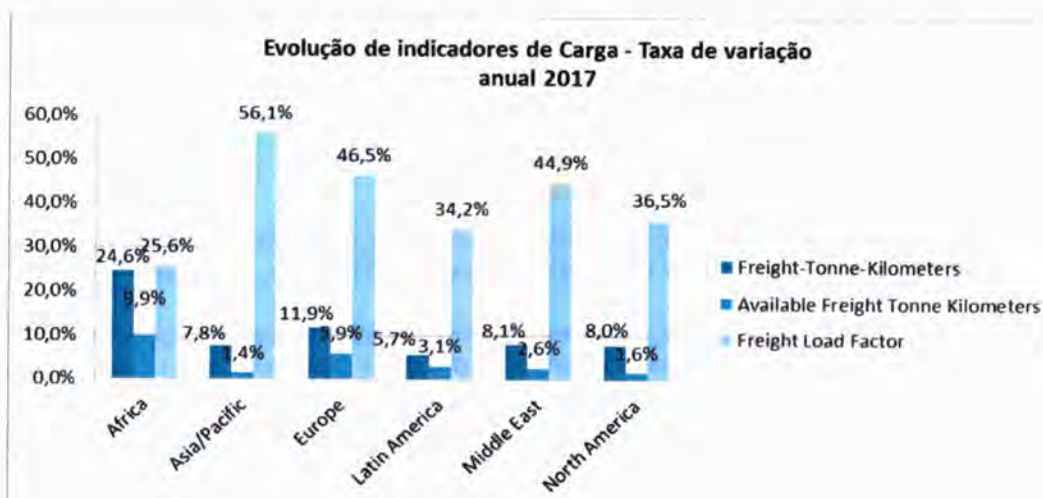
Os proveitos totais nos estabelecimentos hoteleiros somaram 87,6 milhões de euros, correspondendo a uma variação homóloga de -24,0%. Os proveitos de aposento somaram 63,6 milhões de euros, equivalendo a um aumento de 23,0%, em comparação com o período homólogo.

Contexto no Setor de Transporte Aéreo

O ano de 2017 foi mais um ano com um crescimento internacional forte ao nível do tráfego de passageiros, tendo a receita de passageiros por quilómetro (RPKs) registado um aumento significativo na ordem dos 7,6% em 2017.



2017 foi também um ano de crescimento no tráfego de carga ((Freight-Tonne-Kilometers – FTKs) em todas as regiões, com um aumento de 9%.



Durante o ano assistiu-se à entrada de novos *players* no mercado da SATA tanto nas ligações entre Portugal Continental e os Açores, com a entrada da Ryanair nos voos entre Lisboa e a Terceira, e entre esta última e o Porto, tendo anunciado o aeroporto da Terceira como uma das suas bases. Assistiu-se também ao aumento significativo da oferta da TAP nas ligações entre Lisboa e Ponta Delgada, passando para 6 voos por dia (3 frequências) no *peak season*, ficando a par do Grupo SATA durante os meses de verão com 21 ligações por semana.

No mercado do Canadá assistiu-se à entrada da TAP na rota Toronto-Lisboa, com ligações diárias durante o verão e 5 ligações semanais no inverno e, também nesta mesma rota, registou-se o aumento dos voos da Air Canada. Nos Estados Unidos, houve o anúncio da Delta, com o início da rota New York – Ponta Delgada para o verão 2018, com 5 voos semanais de junho a setembro.

Regulação

A SATA assume, ao mais alto nível de gestão, o comprometimento em desenvolver a sua atividade, numa base diária, em conformidade com um conjunto de leis e regulamentos internacionais, comunitários, nacionais e regionais.

Principais alterações legislativas com impacto na gestão do SATA Gestão de Aeródromos em 2017

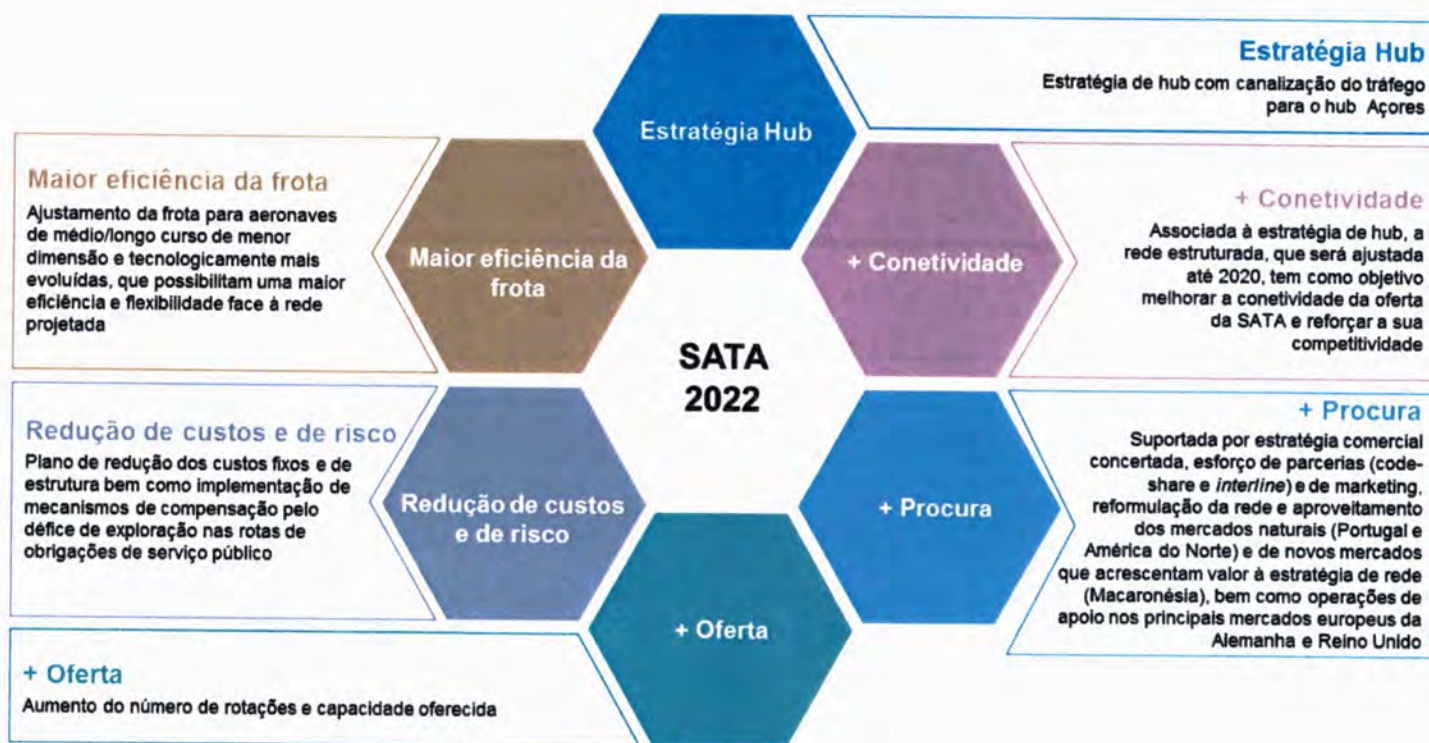
- Lei n.º 4/2016 de 28 de dezembro (LOE2017), impactante no exercício do direito à negociação coletiva.
- Decreto Legislativo Regional n.º 3/2017/A, de 13 de abril (Diploma Orçamento RAA), impactante no exercício do direito à negociação coletiva.
- Regulamento (UE) 679/2016 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).
- Lei n.º 73/2017, de 16 de agosto (décima segunda alteração ao Código do Trabalho), que reforça o quadro legislativo para a prevenção da prática de assédio no setor privado.

Estratégia

Plano de Negócios 2017-2022

A SATA procedeu à revisão do seu Plano de Negócios face ao desempenho económico obtido nos últimos anos e às alterações significativas no Grupo SATA e na sua envolvente, tendo sido preparado o Plano de Negócios 2017/2022, o qual incorpora atualizações de pressupostos operacionais no dimensionamento da rede e frota aérea, mantendo as decisões estratégicas anteriormente assumidas, nomeadamente sobre os mercados que o Grupo pretende servir: ligações entre os Açores, o Continente Português, a América do Norte e os arquipélagos da Macaronésia.

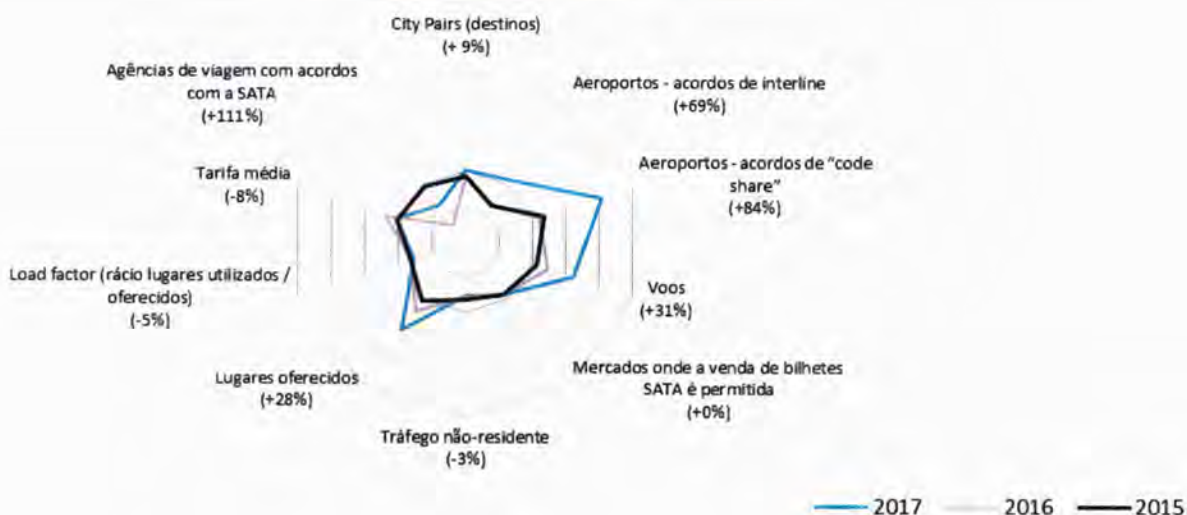
Plano de Negócios 2017-2022



Para levar a cabo este plano de negócios, o incremento da venda dos Açores como destino turístico, a par da continuidade da estratégia de redução de custos, intensificação da promoção da SATA e da região nos mercados onde opera, e a inovação e eficiência são pilares estratégicos do Grupo.

O ano de 2017 marcou o início da implementação do Plano Operacional definido na revisão ao Plano de Negócios, o qual reforça a estratégia de *hub and spoke* pelo aumento de frequências e conectividade da rede centrada nos Açores, bem como esbate a sazonalidade, pelo alargamento das validades das operações, e reforça a produtividade dos ativos, pela utilização mais intensiva dos recursos, nomeadamente a frota.

Evolução Conetividade SATA (2015-2017)



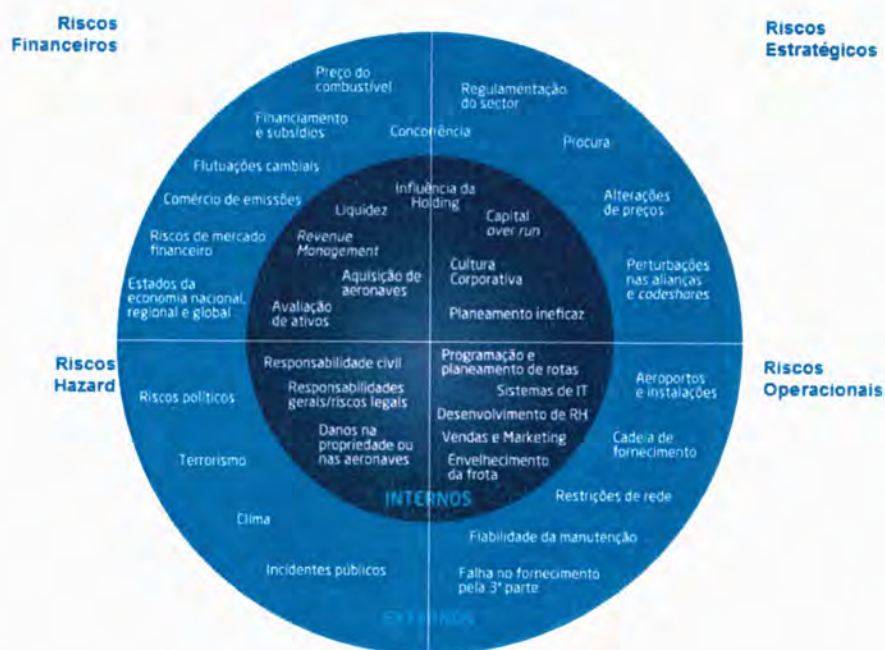
Gestão do Risco

A Gestão de Risco assume uma importância fundamental no dia-a-dia operacional e de gestão da SATA, presente em todos os processos, sendo uma responsabilidade de todos os colaboradores do Grupo, nos diferentes níveis hierárquicos da Empresa.

A gestão da SATA é suportada numa metodologia de gestão do risco, claramente definida e alinhada com as boas práticas do mercado, alinhada com a metodologia da *Enterprise Risk Management Integrated Framework/COSO II* e considera a recente norma ISO 31000:2009 – *Risk Management*. Esta metodologia visa assegurar um ambiente de controlo interno eficaz e minimizar o impacto dos riscos na organização, reduzir a incerteza e a volatilidade da sua ocorrência, tendo como fim último a sustentabilidade da SATA.

Em complemento, a SATA tem como referência a Matriz de Risco do Setor Aéreo que identifica quatro tipos de risco – riscos financeiros, riscos estratégicos, riscos *hazard* e riscos operacionais, os quais são geridos e monitorizados no dia-a-dia operacional.

Principais riscos do Grupo SATA



Mitigação dos tipos de riscos

Tipo do Risco	Risco	Como mitigar?
Riscos Financeiros	<p>Processo de reestruturação financeira</p> <p>A execução do Plano de Negócios tem associados alguns riscos operacionais, intrínsecos do setor e específicos do Grupo SATA, que são relevantes para a rentabilidade das operações e reposição da necessária sustentabilidade económica e financeira.</p>	
Riscos Estratégicos	<p>Regulamentação do Setor</p> <p>As constantes alterações ao nível da regulação e orientações internacionais a que a SATA está exposta, exigem uma monitorização orientada, eficaz e atempada para assegurar o sucesso das operações.</p>	<ul style="list-style-type: none">• Monitorização assegurada pelo Gabinete Jurídico, com total apoio e colaboração dos membros da Gestão.
Riscos Operacionais	<p>Safety & Security</p> <p>A segurança da operação, dos colaboradores e dos clientes é a prioridade da SATA e todas as suas operações visam a mitigação do potencial risco de segurança a que estão expostos.</p> <p>Interrupção da Operação</p> <p>Várias áreas operacionais da SATA, pela própria natureza das suas funções, podem ser afetadas por situações que podem afetar o normal funcionamento da operação</p>	<ul style="list-style-type: none">• Existência do Safety Management System (SMS)• Monitorização de dados de voo (Flight Data Monitoring)• Plano de Resposta a Emergências (Emergency Responsive Plan)• Existência medidas de security• Realização de processos periódicos de auditoria internos e externos, transversais a todas as áreas de negócio.• Avaliação de riscos profissionais com identificação dos perigos e as respetivas medidas mitigadoras, por local de trabalho e função.• Formação dos colaboradores• Medidas de Gestão de Riscos de Interrupção da Operação

Riscos Hazard	Desastres naturais	<ul style="list-style-type: none"> • Contratualização de seguros que não coloquem em causa a continuidade do negócio e os objetivos estratégicos da SATA. • Existência de um Grupo de Gestão de Emergência SATA, que suportado no Manual de Procedimentos de Emergência, atua nas várias situações de crise.
Riscos Socio-Laborais	Relações laborais	<ul style="list-style-type: none"> • Existe um Gabinete de Relações Laborais que garante e motiva uma relação de diálogo aberto com as várias unidades sindicais.
Riscos Políticos	Políticas regionais e nacionais	<ul style="list-style-type: none"> • O Conselho de Administração adota uma postura de diálogo com o seu acionista no sentido de assegurar o cumprimento e o alinhamento dos melhores interesses das várias partes envolvidas.
Outros Riscos	Ética e cultura organizacional	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação do Código de Ética junto dos colaboradores, que integra princípios de equidade e respeito, lealdade, confidencialidade, relação com entidades externas, uso de bens da empresa, conflito de interesses e comportamentos não éticos, conhecimento e inovação, qualidade do serviço, segurança e saúde, qualidade do serviço, ambiente, responsabilidade social. Existe um canal de reporte interno de comportamentos não-éticos e de receção de reclamações relacionadas. Em 2017, a SATA não recebeu reclamações associadas a estas matérias. • Plano de Prevenção de riscos e corrupção e infrações conexas que abrange todas as operações das empresas do Grupo.

Desempenho Financeiro

Durante o exercício de 2017, a SATA - Gestão de Aeródromos, S.A. apresentou uma ligeira deterioração dos resultados provenientes da atividade de gestão dos Aeródromos na Região Autónoma dos Açores na ordem dos 5%.

Um incremento de 5% no total dos Gastos Operacionais, associada a uma redução nas rubricas de Ganhos Operacionais na mesma ordem de grandeza faz recuar os resultados do exercício de 2017 para valores negativos de aproximadamente 222 mil euros.

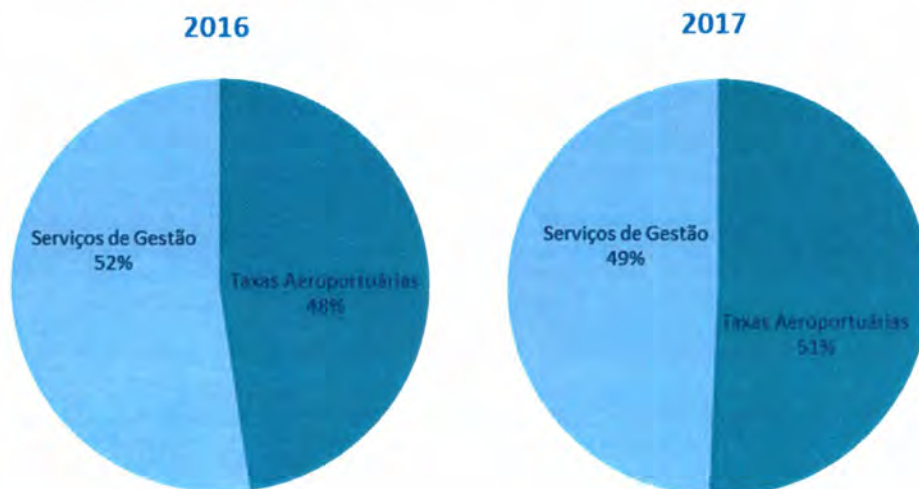
Ganhos operacionais

<i>Ganhos operacionais</i> (milhares de Euros)	2015	2016	2017
Serviços prestados	2.778	3.150	3.004
Outros ganhos	4	10	2
	2.782	3.160	3.006

No gráfico abaixo, evidenciamos as variações nas rubricas mais relevantes de rendimentos auferidos ao longo de 2017 e respetiva evolução face ao registado no exercício anterior.



Os Rendimentos Operacionais por segmento detalham-se do seguinte modo:



Gastos operacionais

De acordo com o quadro apresentado, o volume de Gastos Operacionais registados em 2017 apresenta um aumento de 5% face ao valor registado no exercício anterior.

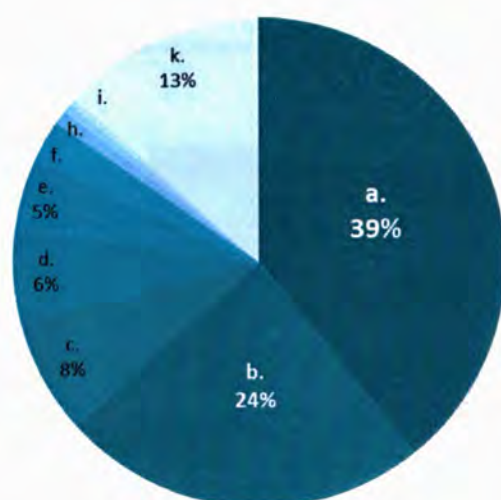
Gastos Operacionais	2015	2016	2017
CMVMC	2	3	6
FSE	2.641	2.135	2.360
Custos com pessoal	917	694	631
Imparidades	77	25	5
Outros gastos e perdas	17	14	20
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização	34	25	31
Gastos Operacionais	3.688	2.896	3.053

À semelhança do verificado anteriormente, a estrutura de Gastos Operacionais da SATA Gestão de Aeródromos, S.A. mantém-se relativamente inalterada com a rubrica de F.S.E. e Gastos com Pessoal a concentrarem o maior volume de encargos durante 2017.

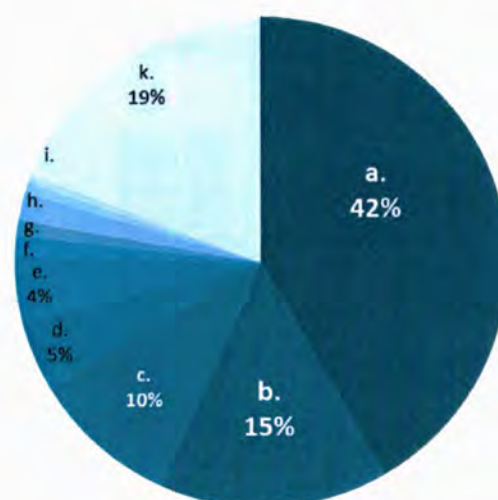
Fornecimentos e Serviços Externos (milhares de Euros)	2015	2016	2017
a. Vigilância e Segurança	826	836	983
b. Cedência de Pessoal	344	518	355
c. Conservação e Reparação	537	166	231
d. Limpeza, Higiene e Conforto	132	130	110
e. Eletricidade	105	98	103
f. Trabalhos Especializados	61	57	29
g. Honorários	2	3	24
h. Seguros	22	19	43
i. Rendas e Alugueres	13	13	16
j. Deslocações e Estadas	9	9	13
k. Outros gastos e Forn. Externos	588	286	452
	2.641	2.135	2.360

A rubrica de Fornecimento e Serviços Externos assume o maior contributo para a totalidade do volume de gastos registado durante o exercício de 2017, com especial destaque para encargos incorridos no âmbito da Vigilância e Segurança, rubrica com maior ponderação no total de gastos registados na classe de F.S.E., nomeadamente encargos com Bombeiros Voluntários e P.S.P.

2016



2017



Resultados

A evolução dos resultados para o período 2015-2017 apresenta-se do seguinte modo:

Reconciliação dos resultados (milhares de Euros)	2015	2016	2017
Ganhos operacionais	2.782	3.160	3.006
Gastos operacionais	(3.688)	(2.896)	(3.053)
<i>dos quais Rendas e alugueres</i>	(16)	(13)	(16)
<i>dos quais Depreciações, amortizações e imparidades de ativos</i>	(34)	(25)	(31)
EBITDA (Result.Ops. Excl. Amortizações)	(872)	290	(15)
EBITDAR	(856)	303	1
Resultado operacional	(906)	265	(46)
Resultados Financeiros	(238)	(201)	(152)
Resultados antes de impostos	(1.144)	64	(199)
Imposto sobre o rendimento	(5)	(6)	(23)
Resultado líquido	(1.149)	58	(222)

Dos valores acima apresentados pela SATA Gestão de Aeródromos S.A., evidencia-se a deterioração dos resultados, invertendo desta forma a tendência de recuperação registado ao longo de 2016.

A redução registada no volume de Ganhos Operacionais, que em conjunto com um incremento de Gastos Operacionais, nomeadamente nas rubricas de F.S.E revelaram-se fatores determinantes na deterioração dos resultados.

O impacto negativo dos resultados financeiros no exercício de 2017 por via dos juros pagos fruto de contratualização de instrumentos de gestão de Tesouraria, como empréstimos bancários e contas correntes caucionadas, resulta do diferimento entre a execução real dos gastos operacionais e o reembolso dos montantes contratualizados com a S.R.T.T. no âmbito dos Serviços de Gestão das Infraestruturas Aeroportuárias da R.A.A.

Posição financeira e liquidez

Abaixo apresentamos a evolução da posição financeira da SATA Gestão de Aeródromos, S.A a 31 de dezembro de 2015-2017:



Na estrutura de Financiamento, importa destacar a evolução registada na rubrica de Capital Próprio, fruto da incorporação dos resultados negativos do exercício de 2017.

No que diz respeito a obrigações registadas a 31 de dezembro de 2017, destacam-se nas rubricas de Passivo, a diminuição do grau de Endividamento, via Empréstimos Obtidos, na ordem dos 1.896 mil euros.

A rubrica de Fornecedores, no que diz respeito a fontes de financiamento, cresce em cerca de 848 mil euros face ao valor registado a 31 de dezembro de 2016.

As variações verificadas da ótica de investimento, importa destacar a diminuição de cerca de 3.323 milhares de euros na rubrica de Outras Contas a Receber.

A evolução da dívida líquida, bem como do rácio Dívida líquida/EBITDA, apresenta-se como se segue:

Dívida líquida (milhares de Euros)	2016	2017
Financiamentos obtidos		
Não corrente	-	-
Corrente	2.896	1.000
Caixa e equivalentes de caixa	(45)	(70)
Dívida líquida	2.851	930
Dívida líquida/EBITDA	9,8	(62,0)

Segmentos de negócio

O Grupo SATA desenvolve a sua atividade em torno de quatro áreas de negócio.

Segmentos de negócio do Grupo SATA

01 Transporte Aéreo

- **SATA Air Açores:** Transporte aéreo de passageiros e carga nas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira
- **SATA Internacional- Azores Airlines:** Transporte aéreo nas restantes rotas operadas pela SATA

02 Assistência a aeronaves

- **SATA Air Açores:** Assistência a aeronaves que operam nos aeroportos da Região Autónoma dos Açores



03 Gestão de aeródromos

- **SATA Gestão de Aeródromos:** Gestão integral de quatro aeródromos nas ilhas dos Açores – Pico, Graciosa, Corvo e São Jorge – e da aerogare das Flores

04 Operadores Turísticos

- **Azores Airlines Vacations Canadá:** Consolidação da presença da SATA no mercado canadiano
- **Azores Airlines Vacations America:** Reforço do posicionamento da marca SATA no mercado dos EUA

03 Gestão de Aeródromos

Na SATA Gestão de Aeródromos encontra-se em vigor a Resolução do Conselho do Governo Nº 103/2016, de 25 de maio, que aprovou o plano de exploração dos Aeródromos Regionais de 2016, com um valor de investimento estimado em 6.760.223,00 €, bem como o Despacho de S. Exa. o Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas, de 3 de julho de 2017, onde foi aprovado o Plano de Exploração dos Aeródromos Regionais para o ano de 2017, com um valor de investimento estimado em 3.948.500,00 €.

Planeamento e Gestão de Investimentos

Durante o ano de 2017, a SATA Gestão de Aeródromos, S.A. concluiu a maior parte dos investimentos aprovados na Resolução de Conselho de Governo nº 103/2016, de 25 de maio e deu início aos restantes que haviam sido previstos na supracitada resolução, mas que não tinham sido lançados por constrangimentos financeiros, bem como também executou alguns dos investimentos aprovados no Plano de Exploração dos Aeródromos Regionais para o ano de 2017.

No ano de 2017, destacam-se os seguintes investimentos:

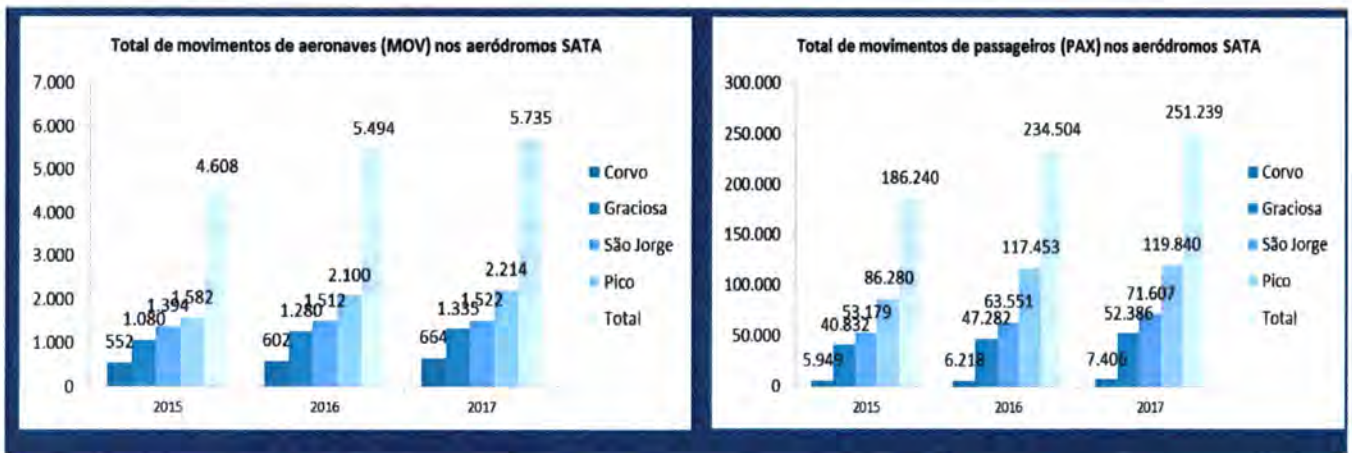
Aeródromo da Ilha do Pico	<ul style="list-style-type: none">• Conclusão da Empreitada de Restabelecimento da Faixa STRIP da Cabeceira da Pista 09 e Restituição da Superfície Livre de Obstáculos de Descolagem da Pista 27.• Conclusão da Aquisição de Serviços de Fornecimento e Instalação de Equipamento de Meteorologia e Relógios.• Conclusão da Aquisição de Serviços de Realização de Levantamento Topográfico para Base de Dados Eletrónicos de Obstáculos e Elaboração de Cartas de Aeródromo para a Ilha do Pico.• Início do procedimento de contratação da Empreitada de Realização de Correção da Sinalização Horizontal e Repintura da Totalidade das Marcações Existentes.• Início do procedimento de contratação da Empreitada de Execução do Grooving da Pista.
---------------------------	--

- Aeródromo da Ilha de São Jorge
 - Conclusão da Empreitada de Construção do Caminho de Acesso das Viaturas de Salvamento e Combate a Incêndios ao Lado Sul do Aeródromo.
 - Adjudicação da Aquisição de Serviços de Fornecimento e Montagem de Mobiliário para a Torre de Controlo.
- Aeródromo da Ilha Graciosa
 - Conclusão da Aquisição de Serviços de Fornecimento e Instalação de Equipamento de Meteorologia e Relógios.
 - Conclusão da Empreitada de Realização de Correção da Sinalização Horizontal e Repintura da Totalidade das Marcações Existentes.
 - Adjudicação da Aquisição de Serviços de Elaboração do Projeto da Nova Aerogare.
 - Adjudicação da Empreitada de Construção da Torre de Controlo.
- Aeródromo da Ilha do Corvo
 - Conclusão da Aquisição de Serviços de Fornecimento e Instalação de Equipamento de Meteorologia e Relógios.
 - Início do procedimento de contratação da Empreitada de Repavimentação da Pista e da Placa de Estacionamento de Aeronaves.
 - Conclusão da Aquisição de Serviços de Fornecimento e Montagem de Fornecimento de 2 Mangas de Vento Frangíveis.
 - Início do procedimento de contratação do Fornecimento de 2 Viaturas de Combate a Incêndios.
- Aeródromos das Ilhas do Pico, São Jorge, Graciosa e Corvo
 - Conclusão da Aquisição de Serviços de Fornecimento e Instalação de Detetores de Vestígios de Explosivos (DVE's), adjudicada à empresa Siemens, Lda
 - Conclusão da Aquisição de Serviços de Fornecimento de Rádios Portáteis ATEX para os Serviços de Socorro e Luta Contra Incêndios (SSLCI), adjudicada à empresa Globaleda, Lda, no valor total de 19.235,50 € + IVA;
 - Início do procedimento de contratação para a Aquisição de Serviços de Realização de Campanhas de Determinação do Coeficiente de Atrito no Pavimento das Pistas;
 - Início do procedimento de contratação para a Aquisição de Serviços de Fornecimento e Instalação de Equipamento Complementar para os SSLCI's.

Os investimentos realizados refletiram-se numa faturação durante o ano de 2017 que totalizou o montante de **1.296.892,75 € + IVA**, distribuída pelas seguintes Infraestruturas Aeroportuárias:

- Aeródromo da Ilha do Pico: 554.977,20 €;
- Aeródromo da Ilha de São Jorge: 55.106,71 €;
- Aeródromo da Ilha do Corvo: 301.013,27 €;
- Aeródromo da Ilha Graciosa: 385.795,57 €.

Principais Indicadores 2017



2017	Aeronaves - Voos	Passageiros	Carga (ton)	Correio (ton)	Trânsito Direto	Transbordo
Total Geral	5.735	251.239	752	266	2.920	1.967
Corvo	664	7.406	43	12	411	35
Graciosa	1.335	52.386	183	43	347	0
São Jorge	1.522	71.607	178	87	902	125
Pico	2.214	119.840	347	124	1.260	1.807

Durante 2017, registou-se um aumento dos movimentos nos aeródromos regionais face ao ano anterior, com maior incidência na Ilha do Corvo (+10% de movimentos de aeronaves e + 19% de movimentos de passageiros). O aeródromo do Pico manteve mais uma vez a liderança dos quatro aeródromos.

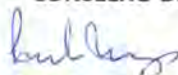
Aplicação de Resultados

Nos termos das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração da SATA Gestão de Aeródromos, SA, declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante na documentação de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis em IFRS, dando uma imagem verdadeira do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da SATA Gestão de Aeródromos, SA, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira.

Nos termos das disposições em vigor, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício negativo de 221.695,65€ seja aplicado em Resultados Acumulados.

Ponta Delgada, 24 de abril de 2018

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Paulo Simão Carvalho de Borba Menezes

(Presidente)



Isabel Maria dos Santos Barata

(Administradora)

Anexos

Demonstrações Financeiras e Anexo às Demonstrações Financeiras

**SATA – Gestão de Aeródromos,
S.A.**

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2017

Índice das Demonstrações Financeiras

Demonstração da posição financeira	3
Demonstração dos resultados	4
Demonstração do resultado integral	5
Demonstração da alteração dos capitais próprios	6
Demonstração dos fluxos de caixa	7
Anexo às demonstrações financeiras	8
1. Introdução	8
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	8
2.1 Bases de Preparação	8
3. Principais políticas contabilísticas	12
3.1 Conversão cambial	12
3.2 Ativos fixos tangíveis	12
3.3 Imparidade de ativos não financeiros	14
3.4 Ativos financeiros	14
3.5 Justo valor de ativos e passivos	16
3.6 Inventários	17
3.7 Clientes e Outras contas a receber	17
3.8 Caixa e equivalentes de caixa	17
3.9 Capital social	18
3.10 Passivos financeiros	18
3.11 Compensação de instrumentos financeiros	18
3.12 Empréstimos obtidos	19
3.13 Imposto sobre o rendimento	19
3.14 Provisões	20
3.15 Locações	21
3.16 Gastos e rendimentos	22
3.17 Concessão de serviço público aeroportuário	22
3.18 Rédito	23
3.19 Demonstração dos fluxos de caixa	23
3.20 Eventos subsequentes	24
4 Políticas de gestão de risco financeiro	24
4.1 Fatores do risco financeiro	24
4.2 Gestão do risco de capital	27
5. Principais estimativas e julgamentos apresentados	28
5.1 Provisões	28
5.2 Ativos tangíveis	28

5.3 Imparidade	29
6. Ativos fixos tangíveis	30
7. Inventários	32
8. Clientes	32
9. Outras contas a receber	34
10. Imposto sobre o rendimento a receber	35
11. Caixa e equivalentes de caixa	35
12. Capital e Reservas	36
13. Empréstimos obtidos	36
14. Fornecedores	37
15. Outras contas a pagar	37
16. Prestação de serviços	37
17. Fornecimentos e serviços externos	38
18. Gastos com o pessoal	38
19. Outros rendimentos e ganhos	39
20. Outros gastos e perdas	39
21. Gastos e rendimentos financeiros	40
22. Imposto do exercício	40
23. Contingências	42
24. Partes relacionadas	42
25. Eventos subsequentes	43

Demonstração da posição financeira

	Nota	2017	2016
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	32 318	46 753
Investimentos financeiros		447	447
		32 765	47 200
Corrente			
Inventários	7	1 485	578
Clientes	8	23 348	18 875
Outras contas a receber	9	3 617 575	6 940 649
Imposto sobre o rendimento a receber	10	23 379	37 547
Caixa e equivalentes de caixa	11	70 347	45 097
		3 736 134	7 042 746
Total do Ativo		3 768 900	7 089 946
Capital Próprio			
Capital social	12	250 000	250 000
Reservas legais	12	91 557	91 557
Resultados acumulados	12	552 829	495 280
Resultado líquido		(221 696)	57 550
Total Capital Próprio		672 691	894 387
Passivo			
Corrente			
Empréstimos obtidos	13	1 000 000	2 896 000
Fornecedores	14	1 875 427	1 027 151
Outras contas a pagar	15	220 782	2 272 408
		3 096 209	6 195 559
Total Passivo		3 096 209	6 195 559
Total do Capital Próprio e Passivo		3 768 900	7 089 946

As notas das páginas seguintes constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Demonstração dos resultados

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Vendas e serviços prestados	16	3 004 122	3 150 152
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(5 979)	(2 833)
Fornecimentos e serviços externos	17	(2 360 112)	(2 134 581)
Gastos com o pessoal	18	(630 963)	(694 142)
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	6	(31 349)	(25 115)
Imparidade de contas a receber (perdas/reversões)	8	(4 774)	(25 133)
Outros rendimentos e ganhos	19	2 261	10 128
Outros gastos e perdas	20	<u>(19 573)</u>	<u>(13 729)</u>
Resultado operacional		<u>(46 367)</u>	<u>264 747</u>
Gastos financeiros	21	(152 465)	(200 938)
Rendimentos financeiros	21	<u>70</u>	<u>127</u>
Resultados antes de impostos		<u>(198 762)</u>	<u>63 936</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	22	<u>(22 934)</u>	<u>(6 386)</u>
Resultado líquido do exercício		<u>(221 696)</u>	<u>57 550</u>

As notas das páginas seguintes constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Demonstração do resultado integral

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Resultado líquido do exercício		<u>(221 696)</u>	<u>57 550</u>
Outros rendimentos do exercício - líquidos de imposto		<u>-</u>	<u>-</u>
Total do rendimento integral do exercício		<u>(221 696)</u>	<u>57 550</u>

As notas das páginas seguintes constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Demonstração da alteração dos capitais próprios

	Nota	Capital social	Reservas legais	Resultados acumulados	Resultado líquido	Total
1 de Janeiro de 2016		250 000	91 557	1 644 101	(1 148 821)	836 837
Rendimento integral do exercício		-	-	-	57 550	57 550
Aplicação do resultado líquido do exercício	12	-	-	(1 148 821)	1 148 821	-
		-	-	(1 148 821)	1 206 371	57 550
A 31 de dezembro de 2016		250 000	91 557	495 280	57 550	894 387
Rendimento integral do exercício		-	-	-	(221 696)	(221 696)
Aplicação do resultado líquido do exercício	12	-	-	57 550	(57 550)	-
		-	-	57 550	(279 246)	(221 696)
A 31 de dezembro de 2017		250 000	91 557	552 829	(221 696)	672 691

As notas das páginas seguintes constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Demonstração dos fluxos de caixa

	Nota	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		8 405 426	3 702 564
Pagamentos a fornecedores		(2 135 096)	(2 181 206)
Pagamentos ao pessoal		(643 636)	(694 208)
Caixa gerada pelas operações		5 626 694	827 150
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(8 753)	(6 560)
Outros recebimentos/ pagamentos		45 317	1 400 591
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		5 663 258	2 221 181
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(1 735)	(2 662)
Empréstimos concedidos a empresas do Grupo		(1 674 127)	(418 395)
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos concedidos a empresas do Grupo		-	-
Juros e rendimentos similares		70	127
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		(1 675 792)	(420 930)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		2 268 000	2 859 231
Empréstimos obtidos de empresas do Grupo		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(4 164 000)	(3 763 231)
Empréstimos obtidos de empresas do Grupo		(1 903 751)	(746 004)
Juros e gastos similares		(162 465)	(200 938)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		(3 962 216)	(1 850 942)
Varição de caixa e seus equivalentes		25 251	(50 691)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	11	45 097	95 788
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	11	70 348	45 097

As notas das páginas seguintes constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Anexo às demonstrações financeiras

1. Introdução

A SATA- Gestão de Aeródromos, S.A. (“Empresa” ou “SATA”) é uma sociedade anónima, com sede na Avenida Infante D. Henrique, em Ponta Delgada, foi constituída em 12 de janeiro de 2005 e tem por objeto social a exploração do serviço público de apoio à aviação civil nos Aeródromos do Corvo, Graciosa, Pico e S. Jorge e na Aerogare das Flores.

O Governo Regional dos Açores, em resultado do concurso público, atribuiu à Empresa a concessão de serviços públicos aeroportuários de apoio à aviação civil, por um período de 10 anos através de contrato assinado em 1 de julho de 2005 (Nota 3.15), o qual foi renovado por mais cinco anos, com efeitos a partir de 2 julho de 2015.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 24 de abril de 2018. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Bases de Preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas pela Empresa de acordo com as IFRS adotadas pela União Europeia (“IFRS”), emitidas e em vigor ou emitidas e adotadas antecipadamente à data de 31 de dezembro de 2017.

Na preparação das demonstrações financeiras, a SATA seguiu a convenção do custo histórico. As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a qual se encontra dependente do apoio financeiro do acionista e da realização dos seus ativos.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras, são apresentadas na Nota 5.

Novas normas e interpretações de aplicação mandatória em 31 de dezembro de 2017

As interpretações e alterações a normas existentes identificadas abaixo, são de aplicação obrigatória pelo IASB, para os exercícios que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2017:

Alterações às normas efetivas a 1 de janeiro de 2017

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa	Reconciliação das alterações no passivo de financiamento com os fluxos de caixa das atividades de financiamento.	1 de janeiro de 2017
IAS 12 – Imposto sobre o rendimento	Registo de impostos diferidos ativos sobre os ativos mensurados ao justo valor, o impacto das diferenças temporárias dedutíveis na estimativa dos lucros tributáveis futuros e o impacto das restrições sobre a capacidade de recuperação dos impostos diferidos ativos.	1 de janeiro de 2017

A introdução destas interpretações e a alteração das normas referidas anteriormente não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Empresa.

Novas normas e interpretações de aplicação não mandatária em 31 de dezembro de 2017

Existem novas normas, alterações e interpretações efetuadas a normas existentes, que apesar de já estarem publicadas, a sua aplicação apenas é obrigatória para exercícios anuais, que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, que a Empresa decidiu não adotar antecipadamente neste exercício, como segue:

Normas que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2018, já endossadas pela EU

Descrição	Alteração	Data efetiva
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Nova norma para o tratamento contabilístico de instrumentos financeiros	1 de janeiro de 2018
IFRS 15 – Rêdito de contratos com clientes	Reconhecimento do rêdito relacionado com a entrega de ativos e prestação de serviços, pela aplicação o método das 5 etapas.	1 de janeiro de 2018
IFRS 16 - Locações	Nova definição de locação. Nova contabilização dos contratos de locação para os locatários. Não existem alterações à contabilização das locações pelos locadores.	1 de janeiro de 2019
IFRS 4 – Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)	Isenção temporária da aplicação da IFRS 9 para as seguradoras para os exercícios que se iniciem antes de 1 de janeiro de 2021. Regime específico para os ativos no âmbito da IFRS 4 que qualificam como ativos financeiros ao justo valor por via dos resultados na IFRS 9 e como ativos financeiros ao custo amortizado na IAS 39, sendo permitida a classificação da diferença de mensuração no Outro rendimento integral	1 de janeiro de 2018
Alterações à IFRS 15 – Rêdito de contratos com clientes	Identificação das obrigações de desempenho, momento do reconhecimento do rêdito de licenças PI, revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e novos regimes para a simplificação da transição.	1 de janeiro de 2018

Normas (novas e alterações) e interpretações que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2018, ainda não endossadas pela UE

Descrição	Alteração	Data efetiva
Melhorias às normas 2014 - 2016	Clarificações várias: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28	1 de janeiro de 2017 e 1 de janeiro de 2018
IAS 40 – Propriedades de investimentos	Clarificação de que é exigida evidência de alteração de uso para efetuar a transferências de ativos de e para a categoria de propriedades de investimento	1 de janeiro de 2018
IFRS 2 – Pagamentos baseados em ações	Mensuração de planos de pagamentos baseados em ações liquidados financeiramente, contabilização de modificações, e a classificação dos planos de pagamentos baseados em ações como liquidados em capital próprio, quando o empregador tem a obrigação de reter imposto.	1 de janeiro de 2018
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Opções de tratamento contabilístico de ativos financeiros com compensação negativa	1 de janeiro de 2019
IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	Clarificação quanto aos investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial	1 de janeiro de 2019
Melhorias às normas 2015 – 2017	Clarificações várias: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11	1 de janeiro de 2019
IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária.	1 de janeiro de 2021

Interpretações

Descrição	Alteração	Data efetiva
IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e contraprestação adiantada	Taxa de câmbio a aplicar quando a contraprestação é recebida ou paga antecipadamente	1 de janeiro de 2018
IFRIC 23 – Incertezas sobre o tratamento de imposto sobre o rendimento	Clarificação relativa à aplicação dos princípios de reconhecimento e mensuração da IAS 12 quando há incerteza sobre o tratamento fiscal de uma transação, em sede de imposto sobre o rendimento	1 de janeiro de 2019

A Empresa não concluiu, ainda, o apuramento de todos os impactos decorrentes da aplicação das normas supra pelo que optou pela sua não adoção antecipada. Contudo, não espera que estas venham a produzir efeitos materialmente relevantes sobre a sua posição patrimonial e resultados.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras são apresentadas em **Euros**, sendo esta a moeda funcional e de relato da Empresa.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do relato financeiro, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de resultados financeiros líquidos, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Empresa não apresentava saldos em moeda estrangeira.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o "custo considerado" determinado à data de transição para IFRS e o custo de aquisição dos ativos adquiridos ou construídos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que se traduzam no aumento da vida útil dos respetivos ativos e na capacidade de gerar benefícios económicos futuros são reconhecidos como elemento do custo dos respetivos ativos, sendo capitalizados enquanto ativos fixos tangíveis.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos, quando constituam montantes significativos.

As vidas úteis estimadas e valores residuais para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<u>Anos</u>
Equipamento básico	Entre 5 a 12 anos
Ferramentas	Entre 5 a 12 anos
Equipamento administrativo	Entre 4 a 10 anos
Outras ativos tangíveis	Entre 3 a 20 anos

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor menos custos de vender, e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no final da vida útil definida.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Os terrenos não são depreciados. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.3 Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros, que não têm uma vida útil definida, não estão sujeitos a amortização ou depreciação, sendo objeto de testes de imparidade anuais. A Empresa realiza os testes de imparidade no final de cada ano e sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Quando o valor recuperável é inferior ao valor contabilístico dos ativos, é registada a respetiva imparidade.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia contabilística do ativo face ao seu valor recuperável, sendo o valor recuperável, o maior entre o justo valor de um ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade, são avaliados a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo de uma perda por imparidade ou à sua reversão, a depreciação/amortização dos respetivos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável ajustado da imparidade reconhecida.

3.4 Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial, de acordo com o objetivo da sua aquisição, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- i) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados - incluem os ativos financeiros não derivados detidos para negociação respeitando a investimentos de curto prazo e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;

- ii) Empréstimos concedidos e contas a receber – inclui os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo;
- iii) Investimentos detidos até à maturidade – incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a entidade tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;
- iv) Ativos financeiros disponíveis para venda – incluem os ativos financeiros não derivados que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como ativos não correntes exceto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data do relato financeiro.

A 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Empresa apenas tem ativos financeiros classificados como Investimentos financeiros e Contas a receber.

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a Empresa se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados são reconhecidos inicialmente pelo justo valor, sendo os custos da transação reconhecidos em resultados. Estes ativos são mensurados subsequentemente ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da alteração do justo valor, reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem na rubrica de custos financeiros líquidos, onde se incluem também os montantes de rendimentos de juros e dividendos obtidos.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transação. Nos períodos subsequentes, são mensurados ao justo valor sendo a variação do justo valor reconhecida na reserva de justo valor no capital. Os dividendos e juros obtidos dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do período em que ocorrem, na rubrica de outros ganhos operacionais, quando o direito ao recebimento é estabelecido.

Empréstimos concedidos e contas a receber são classificados na demonstração da posição financeira como Clientes e Outras contas a receber (Notas 8 e 9), e são reconhecidos ao custo amortizado usando a taxa de juro efetiva, deduzidos de qualquer perda de imparidade. O ajustamento por imparidade das contas a receber é efetuado quando existe evidência objetiva de que a Empresa não irá receber os montantes em dívida de acordo com as condições iniciais das transações que lhe deram origem.

A Empresa avalia a cada data de relato, se existe evidência objetiva de que os ativos financeiros sofreram perda de valor.

No caso de instrumentos de dívida classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, caso exista evidência objetiva de imparidade (diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de perdas de imparidade sobre esse ativo, previamente reconhecidas em resultados do exercício), as perdas de imparidade acumuladas são reclassificadas de capitais próprios para a demonstração dos resultados. Em exercícios subsequentes, caso o justo valor destes instrumentos aumente, e esse aumento possa ser objetivamente atribuído a um evento que ocorre após a contabilização das perdas de imparidade em resultados, a perda de imparidade é revertida através da demonstração dos resultados.

No caso de instrumentos de capital próprio classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, um decréscimo significativo ou prolongado de justo valor abaixo do seu custo é evidência de que os ativos estão em imparidade. Caso tal evidência se verifique (diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de perdas de imparidade sobre esse ativo, previamente reconhecidas em resultados do exercício), as perdas de imparidade acumuladas são reclassificadas de capitais próprios para a demonstração dos resultados. As perdas de imparidade de instrumentos de capital próprio reconhecidas em resultados do exercício não são revertidas através da demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.5 Justo valor de ativos e passivos

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo, se existir um mercado ativo, a cotação de mercado é aplicada. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

A Empresa aplica técnicas de valorização para os instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivados. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam, por exemplo, as curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

Para alguns tipos de derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis em mercado, para os quais a Empresa utiliza estimativas e pressupostos internos. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

3.6 Inventários

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas diretas suportadas com a compra. Subsequentemente, os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização.

O custo de aquisição refere-se a todos os custos de compra e outros custos diretos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. Por outro lado, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Os inventários incluem também materiais, matérias-primas e de consumo inicialmente mensurado pelo preço de compra adicionado das despesas diretamente relacionadas com a aquisição.

O método de custeio utilizado para o registo do consumo dos inventários em geral é o custo médio ponderado.

3.7 Clientes e Outras contas a receber

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em Imparidade de contas a receber, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de existir.

3.8 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, que podem ser imediatamente convertidos em caixa, estando sujeitos a um risco insignificante de variação de valor.

Os descobertos bancários são apresentados na demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos obtidos, e são considerados na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.9 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante resultante da emissão.

3.10 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados;
- ii) Outros passivos financeiros

Os Outros passivos financeiros incluem os “Empréstimos obtidos” (Nota 3.12), Fornecedores e Outras contas a pagar. Os passivos classificados como Fornecedores e Outras contas a pagar são reconhecidos inicialmente ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

3.11 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são compensados, sendo os seus valores líquidos reportados na demonstração da posição financeira apenas quando existe um direito legalmente exercível para compensar os referidos valores, e quando existe uma intenção para liquidar numa base líquida, ou quando o ativo seja realizado simultaneamente com a liquidação do passivo. O direito legal de compensar existe quando seja exercível a todo o momento no

decorso normal da atividade, não sendo contingente à ocorrência de eventos futuros ou de casos de *default*, insolvência ou falência da entidade.

3.12 Empréstimos obtidos

Os Empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos. Os empréstimos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

Os encargos financeiros, relacionados com empréstimos, são, geralmente, reconhecidos como gastos financeiros, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção (caso o período de construção ou desenvolvimento exceda um ano) ou produção de ativos fixos são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou quando a execução do projeto em causa se encontre suspensa ou substancialmente concluída.

3.13 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente no capital próprio.

O valor de imposto corrente a receber/pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos, exceto quando tenham

havidos prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base na demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do relato financeiro, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contábilístico ou fiscal.

3.14 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a SATA tem: i) uma obrigação presente legal, contratual ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Empresa divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para o pagamento da mesma seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos custos estimados para pagar a obrigação utilizando uma taxa de juro antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Os passivos contingentes, em que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja apenas possível, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados nas notas, a menos

que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas são divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Processos judiciais

As provisões relacionadas com processos judiciais, opondo a SATA a entidades terceiras, são constituídas de acordo com as avaliações internas de risco efetuadas pela Gestão, com o apoio e aconselhamento dos seus consultores legais.

3.15 Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a SATA detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Empréstimos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a SATA não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Empresa tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.16 Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes créditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.17 Concessão de serviço público aeroportuário

Conforme indicado na nota introdutória, a Empresa tem a concessão do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil, por um período de 10 anos através de contrato assinado a 1 de julho de 2005, renovado por mais 5 anos com efeitos a 2 de julho de 2015, nos aeródromos do Corvo, Graciosa, Pico e S. Jorge e na Aerogare das Flores. Com a celebração do referido contrato de concessão, não foram transferidos os ativos construídos pela concedente (no caso concreto a "Região Autónoma dos Açores", ou a "R.A.A") à empresa, ficando esta, apenas com a responsabilidade da sua manutenção e exploração, e realização de obras por conta da concedente (as quais apenas são relevadas contabilisticamente, através de uma conta a receber, pois com o termo da concessão, tais obras reverterem para a concedente).

A Empresa adota a IFRIC 12- Acordos de Concessão de Serviços ("IFRIC 12") para a concessão anteriormente referida.

A IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviço público nos quais o concedente controla (regula):

- Os serviços a serem prestados pela concessionária (SATA) mediante a utilização da infra- estrutura, a quem e a que preço; e
- Quaisquer interesses residuais no final do contrato.

A IFRIC 12 aplica-se a infra- estruturas:

- Construídas ou adquiridas pelo operador a terceiros; e
- Já existentes e às quais é dado acesso pelo operador.

Desta forma, e atendendo ao acima descrito, a concessão atribuída à SATA encontra-se abrangida no âmbito desta IFRIC uma vez que:

- i) A concessão é exercida em regime de serviço público, nos aeródromos do Corvo, Graciosa, Pico e S. Jorge e Aerogare das Flores;

- ii) As receitas da concessionária (taxas) são fixadas pelo membro do Governo Regional (concedente), após despacho favorável do membro do Governo Regional;
- iii) A extinção da concessão opera a reversão para a concedente de todos os bens do domínio público e dos demais, ainda que custeados pela concessionária, não podendo esta invocar direito de retenção ou reclamar indemnização; e
- iv) É da responsabilidade da concessionária os encargos com as obras de conservação/ manutenção/ reparação ordinárias dos edifícios e equipamentos, bem como a aquisição de novos equipamentos e outros meios necessários ao normal funcionamento e desenvolvimento dos aeródromos concessionados.

Atendendo à tipologia da concessão e seu enquadramento legal, foi entendimento da Empresa que o modelo que melhor se adequa à sua realidade é o modelo do ativo financeiro, pelo facto do operador (a Empresa), ter direito contratual incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente, correspondente a montantes específicos ou determináveis, pelo que a Empresa regista um ativo financeiro a receber (conta a receber). Através deste modelo, a entidade concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento, em virtude de o acordo ser, em geral, legalmente vinculativo.

3.18 Rêdito

O rêdito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços no decurso normal da atividade da SATA. O rêdito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rêdito da venda de bens é reconhecido quando: i) o valor do rêdito pode ser estimado com fiabilidade; ii) é provável que benefícios económicos fluam para a SATA; e iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

O rêdito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

3.19 Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com o método direto. A Empresa classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os ativos com maturidade inferior a três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende, também, os descobertos bancários incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica de Empréstimos obtidos, quando aplicável.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

As **atividades operacionais** englobam os recebimentos de clientes e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas **atividades de investimento** incluem, nomeadamente, os recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de ativos tangíveis e os empréstimos concedidos a empresas do Grupo SATA.

As **atividades de financiamento** abrangem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira, compra e venda de ações próprias, pagamento de dividendos e os empréstimos obtidos de empresas do Grupo SATA.

3.20 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos, após a data da demonstração da posição financeira, que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam naquela data, são considerados na preparação das demonstrações financeiras do exercício.

Os eventos ocorridos, após a data da demonstração da posição financeira, que proporcionem informação sobre condições que ocorram após aquela data, são divulgados, se materiais, nas notas às demonstrações financeiras.

4 Políticas de gestão de risco financeiro

4.1 Fatores do risco financeiro

As atividades da Empresa estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, entre outros.

A gestão de risco da Empresa é controlada pelo departamento financeiro de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido por escrito os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam a cobertura de risco de taxa de juro e risco de crédito.

i. Risco de crédito

O risco de crédito da Empresa resulta essencialmente do risco de crédito dos clientes e das restantes dívidas de terceiros, bem como das entidades financeiras onde a empresa efetua os seus depósitos. O acompanhamento do risco de crédito é efetuado através da avaliação de risco efetuada antes da aceitação e pelo adequado acompanhamento dos limites de crédito atribuídos a cada cliente, sendo solicitadas cauções sempre que necessário.

Não existem questões de concentração de crédito em clientes e/ou devedores.

A qualidade de crédito dos ativos financeiros (depósitos bancários) pode ser avaliada com referência aos *ratings* de crédito ou informação histórica das entidades a que se referem:

	2017	2016
BBB-	19 200	-
BB-	24 287	18 103
A-	-	278
CCC+	26 860	26 716
Total depósitos bancários	70 347	45 097

ii. Risco de liquidez

As necessidades de tesouraria são geridas de forma centralizada pelo departamento financeiro do Grupo SATA, que gere os excessos e défices de liquidez de cada uma das empresas. As necessidades de tesouraria são cobertas pela manutenção de linhas de crédito negociadas com entidades bancárias.

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como por exemplo os fluxos de caixa operacionais, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades

de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso da dívida.

A tabela seguinte analisa os passivos financeiros da Empresa pelo líquido, por grupos de maturidade relevantes, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual, à data do relato financeiro. Os montantes que constam da tabela são cash-flows contratuais não descontados:

	Menos de 1 ano
31 de dezembro de 2017	
Empréstimos obtidos:	
- empréstimos bancários	1 000 000
Fornecedores e contas a pagar	2 096 209
	3 096 209
	Menos de 1 ano
31 de dezembro de 2016	
Empréstimos obtidos:	
- empréstimos bancários	3 045 320
Fornecedores e contas a pagar	4 963 374
	8 008 694

iii. Risco de taxa de juro

O risco associado à flutuação da taxa de juro tem impacto no serviço da dívida contratada. Os riscos da taxa de juro estão essencialmente relacionados com os juros suportados com a contratação de diversos empréstimos com taxas de juro variáveis.

Análise de sensibilidade dos custos financeiros a variações na taxa de juro:

Foi efetuada uma análise de sensibilidade com base na dívida total da Empresa subtraída das aplicações de fundos e das disponibilidades, com referência a 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Tendo por referência a dívida líquida em 31 de dezembro de 2017, um acréscimo de 1% nas taxas de juro resultaria num incremento dos custos financeiros líquidos anuais de 9 mil Euros (2016: 29 mil Euros).

4.2 Gestão do risco de capital

O objetivo da Empresa em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital equilibrada.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como o custo do financiamento e as necessidades de tesouraria.

Os rácios de *gearing* em 31 de dezembro de 2017 e 2016 eram os seguintes:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Empréstimos totais (Nota 13)	1 000 000	2 896 000
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 11)	<u>(70 347)</u>	<u>(45 097)</u>
Dívida líquida	929 653	2 850 903
Capitais próprios	672 691	894 387
Capital Total	<u>1 602 343</u>	<u>3 745 290</u>
<i>Gearing</i>	58%	76%

5. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são continuamente avaliadas, representando a cada data de relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

5.1 Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos: (a) por variação dos pressupostos utilizados; (b) pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes; e/ou (c) pela anulação futura de provisões, quando passem a classificar apenas como passivos contingentes.

5.2 Ativos tangíveis

A determinação das vidas úteis e valor residual dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos em questão.

5.3 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da SATA, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

6. Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 os movimentos registrados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Equipamento básico	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
1 de janeiro de 2016					
Custo de aquisição	294 526	812	187 386	67 465	550 189
Depreciações acumuladas	(275 866)	(812)	(145 879)	(58 427)	(480 984)
Valor líquido	18 660	-	41 507	9 038	69 205
Movimento de 2016					
Adições	1 532	-	1 131	-	2 663
Transferências e abates	-	-	(1 588)	-	(1 588)
Depreciação - exercício	(9 917)	-	(10 940)	(4 258)	(25 115)
Depreciação- transf. e abates	-	-	1 588	-	1 588
Valor líquido	(8 385)	-	(9 809)	(4 258)	(22 452)
31 de dezembro de 2016					
Custo de aquisição	296 058	812	186 929	67 465	551 264
Depreciações acumuladas	(285 783)	(812)	(155 231)	(62 685)	(504 511)
Valor líquido	10 275	-	31 698	4 780	46 753

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 os movimentos registrados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Equipamento básico	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
1 de janeiro de 2017					
Custo de aquisição	296 058	812	186 929	67 465	551 264
Depreciações acumuladas	(285 783)	(812)	(155 231)	(62 685)	(504 511)
Valor líquido	10 275	-	31 698	4 780	46 753
Movimento de 2017					
Adições	1 105	-	5 700	10 109	16 914
Alienações	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Depreciação - exercício	(7 200)	-	(12 219)	(11 930)	(31 349)
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-
Depreciação- transf. e abates	-	-	-	-	-
Valor líquido	(6 095)	-	(6 519)	(1 821)	(14 435)
31 de dezembro de 2017					
Custo de aquisição	297 163	812	192 630	77 574	568 178
Depreciações acumuladas	(292 983)	(812)	(167 450)	(74 615)	(535 859)
Valor líquido	4 180	-	25 180	2 959	32 318

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica Gastos/reversões de depreciação da demonstração dos resultados pela sua totalidade.

7. Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como se segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Matérias primas /Subsidiárias	1 485	578
Imparidade de inventários	-	-
Total inventários	<u>1 485</u>	<u>578</u>

O custo dos inventários reconhecidos em 2017 como gasto e incluído na rubrica Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas totalizou 5 979 Euros (em 2016: 2 833 Euros).

8. Clientes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Clientes	<u>148 519</u>	<u>139 272</u>
	<u>148 519</u>	<u>139 272</u>
Imparidade clientes	<u>(125 171)</u>	<u>(120 397)</u>
Total Clientes	<u>23 348</u>	<u>18 875</u>

Imparidade de Clientes

Imparidade de Clientes

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
A 1 de janeiro	120 397	95 264
Aumentos/Reduções	4 774	25 133
Utilizações	-	-
A 31 de dezembro	<u>125 171</u>	<u>120 397</u>

Os aumentos/ reduções de imparidade de clientes estão reconhecidas na rubrica Imparidade de contas a receber (perdas/ reversões) da demonstração dos resultados pela sua totalidade.

9. Outras contas a receber

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a decomposição da rubrica de Outras contas a receber, é como se segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Secretaria Regional do Turismo e dos Transportes	562 101	5 924 119
DRPFE	564 606	44 620
Empresas do grupo (Nota 24)	2 241 977	567 850
Outros devedores	1 542	5 895
Gastos diferidos	7 266	17 592
Acréscimo de rendimentos	140 366	301 360
Estado e Outros Entes Públicos - IVA	99 718	79 213
Outras contas a receber	<u>3 617 575</u>	<u>6 940 649</u>

O acréscimo de rendimentos resulta da estimativa com o proveito a faturar à Secretaria Regional de Transportes e Turismo, referente ao mês de dezembro de 2017, no âmbito do contrato de concessão de serviços públicos aeroportuários de apoio à aviação civil.

Os valores em 31 de dezembro de 2017 afetos à concessão, a receber da Secretaria Regional do Turismo e dos Transportes e da DRPFE no montante de 1 126 707 Euros, compreendem valores a receber relativos aos serviços de construção e melhoramento dos aeródromos regionais no montante de 793 098 Euros e o saldo a receber da Secretaria Regional da Economia pelos serviços prestados ao abrigo da concessão no montante de 333 609 Euros.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o detalhe dos serviços de construção e melhoramentos dos aeródromos regionais, com base nos valores previstos no protocolo celebrado entre a Secretaria Regional do Turismo e dos Transportes e a Empresa, os valores incorridos e recebidos, descreve-se como segue:

Ilha	<u>2016</u>			
	<u>Total Previsto por protocolo</u>	<u>Total Executado</u>	<u>Total Recebido</u>	<u>Por Receber</u>
Pico	8 828 661	7 963 905	(7 376 590)	587 314
S. Jorge	29 512 937	28 827 368	(24 117 024)	4 710 444
Flores	824 877	674 973	(699 917)	(24 944)
Corvo	4 461 105	1 967 539	(2 085 372)	(117 833)
Graciosa	5 976 064	2 853 137	(2 628 748)	224 390
Compensações adicionais	-	328 978	-	328 878
	<u>49 603 644</u>	<u>42 615 900</u>	<u>(36 907 650)</u>	<u>5 708 249</u>

2017

Ilha	Total Previsto por protocolo	Total executado	Total recebido	Por receber
Pico	9 484 506	8 522 180	(8 715 266)	(193 085)
S. Jorge	29 827 937	28 907 523	(26 290 316)	2 617 207
Flores	826 877	674 973	(746 917)	(71 944)
Corvo	7 646 215	2 268 552	(3 455 671)	(1 187 118)
Graciosa	6 261 164	3 249 961	(3 950 800)	(700 839)
Compensações adicionais	-	328 878	-	328 878
	54 046 698	43 952 067	(43 158 969)	793 098

10. Imposto sobre o rendimento a receber

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos referentes a imposto sobre o rendimento a receber são como segue:

	2017	2016
Pagamentos por conta	25 427	44 890
Retenções na fonte	14	25
Estimativa de IRC	(2 061)	(7 368)
Total	23 379	37 547

11. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	2017	2016
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	45 347	20 097
- Depósitos a prazo	25 000	25 000
Caixa e equivalentes de caixa	70 347	45 097

12. Capital e Reservas

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Empresa, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 50.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada, totalmente detido pela SATA Air Açores – Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, S.A.

Reservas legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital.

Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser incorporada no capital ou utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

A 31 de dezembro de 2017 e 2016 a reserva legal encontra-se totalmente constituída de acordo com a legislação comercial em vigor.

Resultados acumulados

Por deliberação da Assembleia Geral da Empresa, o resultado líquido positivo do exercício findo a 31 de dezembro de 2016, no montante de 57 550 Euros, foi transferido para a rubrica de resultados acumulados na sua totalidade.

13. Empréstimos obtidos

A classificação dos empréstimos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do exercício, é como segue:

	2017			2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários - Santander		-	-	1 900 000	-	1 900 000
Empréstimos bancários - Santander (conta caucionada)	1 000 000	-	1 000 000	996 000	-	996 000
	1 000 000	-	1 000 000	2 896 000	-	2 896 000

De salientar que a totalidade dos empréstimos obtidos foi negociada com taxas de juro variáveis e em euros.

14. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos de fornecedores apresentam-se como se segue:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	1 875 124	1 027 151
Faturas em receção e conferência	303	-
Total fornecedores	1 875 427	1 027 151

15. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar é como segue:

	2017	2016
Empresas do grupo (Nota 24)	-	1 903 751
Remunerações a liquidar	69 056	81 729
Estado e outros entes públicos	29 604	20 848
Outros	122 123	266 080
Total Outras contas a pagar	220 782	2 272 408

16. Prestação de serviços

O montante de prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Prestação de Serviços		
Taxas Aeroportuárias	1 522 209	1 500 531
Serviços de gestão	1 481 913	1 649 621
Total Prestação de Serviços	<u>3 004 122</u>	<u>3 150 152</u>

17. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos incorridos nos exercícios de 2017 e 2016 é como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Vigilância e segurança	982 960	835 656
Conservação e reparação	510 581	270 551
Cedência de pessoal	355 375	517 527
Limpeza, higiene e conforto	109 825	130 040
Eletricidade	103 089	98 074
Taxas de tráfego	61 000	61 000
Seguros	43 060	19 010
Combustíveis	29 461	28 569
Trabalhos especializados	29 219	57 101
Água	24 430	23 144
Honorários	23 620	2 520
Renda e alugueres	16 497	13 008
Deslocações e estadas	13 363	9 109
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	10 862	40 455
Outros	46 770	28 817
Fornecimentos e serviços externos	<u>2 360 112</u>	<u>2 134 581</u>

18. Gastos com o pessoal

Os custos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2017 e 2016, foram como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remunerações		
Orgãos sociais	-	-
Pessoal	465 326	559 015
Sub-total	465 326	559 015
Encargos sociais		
Encargos sobre remunerações	104 026	119 859
Outros	61 611	15 268
Sub-total	165 637	135 127
Custos com o pessoal	630 963	694 142

O número médio de empregados da Empresa encontra-se detalhado no Relatório de Gestão.

19. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos pode ser apresentada como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Rendimentos suplementares	2 261	10 064
Outros	-	64
Total Outros rendimentos e Ganhos	2 261	10 128

20. Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica de Outros custos operacionais é apresentado no quadro seguinte:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Impostos	15 608	12 499
Diferenças cambiais desfavoráveis	43	781
Outros	3 922	449
Total Outros gastos e perdas	19 573	13 729

21. Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos financeiros incorridos e rendimentos financeiros obtidos é como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Gastos financeiros		
Juros empréstimos	110 567	173 098
Comissões, taxas e outros	41 898	27 840
	<u>152 465</u>	<u>200 938</u>
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos	70	127
	<u>70</u>	<u>127</u>

22. Imposto do exercício

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Imposto s/ rendimento corrente	2 061	7 368
Excesso/insuficiência estimativa imposto	(3 267)	(983)
Regularização PEC	24 139	-
Imposto sobre o rendimento	<u>22 934</u>	<u>6 386</u>

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Resultado antes de imposto	(198 762)	63 936
Taxa de imposto	16,8%	18,3%
	<u>(33 392)</u>	<u>11 700</u>
Tributação autónoma	2 061	1 519
Excesso/insuficiência estimativa imposto	(3 267)	(983)
Diferenças temporárias sem imposto diferido	33 392	-
Anulação PEC anos anteriores	24 139	-
Prejuízos fiscais dedutíveis s/ imposto diferido	-	(4 508)
Outros	-	(1 343)
Imposto s/ rendimento	<u>22 934</u>	<u>6 386</u>
Taxa efetiva de imposto	-11,5%	10,0%

A taxa de imposto utilizada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Taxa de imposto	16,80%	16,80%
Derrama	0,00%	1,50%
	<u>16,80%</u>	<u>18,30%</u>

Prejuízos fiscais

Nos termos da legislação, em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais gerados de 2014 a 2016, e a partir de 2017 são reportáveis durante um período de doze e cinco anos, respetivamente, após a sua ocorrência, e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, até ao limite de 70% do lucro tributável nos exercícios seguintes.

Os prejuízos fiscais sobre os quais a SATA considera, em 31 de dezembro de 2017, existir incerteza quanto à capacidade de dedução a lucros tributáveis futuros, e como tal sem imposto diferido ativo, tendo em atenção a data limite de utilização, detalham-se conforme segue:

Exercício do prejuízo fiscal	Prejuízos fiscais a 31 de dezembro de 2017	Ano limite para dedução
2014	212 440	2026
2015	1 073 170	2027
2017 (estimado)	245 000	2022

23. Contingências

Garantias bancárias

A SATA tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

Beneficiário	Início	2017	2016
Secretaria Regional Economia	30-06-2005	696 537	696 537
		696 537	696 537

As garantias prestadas à Secretaria Regional da Economia foram efetuadas ao abrigo do contrato de concessão.

Ativos e Passivos contingentes

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Empresa não apresenta ativos ou passivos contingentes passíveis de divulgação.

24. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Empresa é controlada pela SATA Air Açores – Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, S.A. que detém 100% do capital da empresa. O último acionista do Grupo SATA é a Região Autónoma dos Açores.

Saldos e Transações entre partes relacionadas

Os saldos e transações, com entidades relacionadas a 31 de dezembro de 2017 e 2016, são como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Outras contas a receber		
Sata Air Açores	1 614 219	509 865
Sata Internacional	552 307	-
Sata SGPS	75 451	57 985
	<u>2 241 977</u>	<u>567 850</u>

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Outras contas a pagar		
Sata Air Açores	-	-
Sata Internacional	-	1 903 751
Sata SGPS	-	-
	<u>-</u>	<u>1 903 751</u>

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Serviços prestados		
Sata Air Açores	581 225	749 655
Sata Internacional	111 893	133 877
	<u>693 117</u>	<u>883 532</u>

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Compras de serviços		
Sata Air Açores	222 682	314 418
Sata Internacional	193 611	264 109
Sata SGPS	1 634	5 000
	<u>417 927</u>	<u>583 527</u>

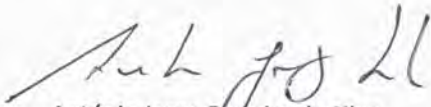
Em 31 de dezembro de 2017, os valores a receber no montante de 2 242 milhares de Euros decorrem de empréstimos concedidos para apoio de tesouraria, os quais não vencem juros e não têm prazo de reembolso definido, pelo que a Empresa classificou como ativos correntes.

As transações efetuadas com as empresas do Grupo SATA foram realizadas em condições normais de mercado.

25. Eventos subsequentes


O Conselho de Administração não tem conhecimento de quaisquer eventos subsequentes à data de relato que possam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

CONTABILISTA CERTIFICADO




António Jorge Ferreira da Silva

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Paulo Simão Carvalho Borba Menezes
(Presidente)



Isabel Maria dos Santos Barata
(Administradora)

CLC

Aguarda informação

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de SATA – GESTÃO DE AERÓDROMOS, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de 3.768.900 euros e um total de capital próprio de 672.691 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 221.696 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria apresentada na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de SATA – GESTÃO DE AERÓDROMOS, S.A. em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião com Reservas

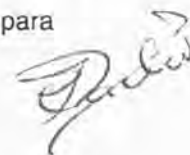
Em 31 de dezembro de 2017 encontra-se registado na rubrica Outras contas a receber correntes, um valor de 702 milhares de euros a receber de entidade estatal, respeitante a compensações financeiras atribuídas por contrapartida do serviço público prestado pela Entidade referente aos serviços aeroportuários de apoio à aviação civil, conforme detalhado na nota 9 do anexo às demonstrações financeiras. Salienciamos que na presente data, do referido valor ainda se encontra sujeito a verificação e aprovação por parte da entidade estatal, o montante de 227 milhares de euros. Tendo em consideração que não obtivemos informação suficiente que nos permita aferir, com razoável grau de segurança, quanto à aprovação do referido montante e momento de realização do mesmo, não nos é possível concluir quanto ao respetivo impacto nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.



Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

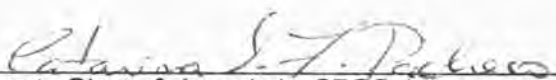
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 26 de abril de 2018


Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.

Representada por Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC N.º1365)

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

EXERCÍCIO DE 2017

Senhor Acionista:

No cumprimento do disposto na alínea g) do nº 1 do Artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, vimos apresentar o nosso Relatório e dar Parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação do resultado que nos foram apresentados pelo Conselho de Administração da SATA - Gestão de Aeródromos, S.A., relativos ao exercício de 2017.

- 1- No desempenho das funções de fiscalização que nos estão cometidas, acompanhámos, ao longo do exercício de 2017, a atividade da empresa, através da informação contabilística e de contactos estabelecidos com a administração e serviços.
- 2- De acordo com o nº 1 do Artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, apreciamos o relatório de gestão e as contas do exercício.

Considerando as verificações a que procedemos, no exercício da competência que nos é atribuída pelo Artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, somos de

PARECER

que a Assembleia Geral aprove:

- a) O relatório de gestão e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017;
- b) A proposta de aplicação do resultado constante do relatório de gestão.

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Ponta Delgada, 26 de Abril de 2018

O FISCAL ÚNICO



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)



Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da SATA – Gestão de Aeródromos, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 3.768.900 euros e um total de capital próprio de 672.691 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 221.696 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração da alteração dos capitais próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria apresentada na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da SATA – Gestão de Aeródromos, S.A. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião com reservas

Em 31 de dezembro de 2017 encontra-se registado na rubrica de Outras contas a receber correntes, um valor de 702 milhares de euros a receber de uma entidade estatal referente a compensações financeiras atribuídas por contrapartida do serviço público prestado pela Entidade referente aos serviços aeroportuários de apoio à aviação civil, conforme detalhado na nota 9 do anexo às demonstrações financeiras. Salientamos que na presente data ainda se encontra pendente de verificação e aprovação por parte da respetiva entidade estatal o montante de 227 milhares de euros. Tendo em consideração que não obtivemos informação suficiente que nos permita aferir, com razoável grau de segurança, quanto à aprovação dos respetivos montantes e momento da realização dos mesmos, não nos é possível concluir quanto ao respetivo impacto nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485*

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

26 de abril de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Hugo Miguel Patrício Dias, R.O.C.